

Agora vamos reunir a Constituinte de 1946

LUIS CARLOS LISBOA

Em O Zero e o infinito, Arthur Koestler refaz a discussão de um preso com seu interrogador político, e um deles lembra que um matemático afirmou uma vez ser a álgebra uma ciência de preguiçosos: não se conhece o valor de X, mas operamos como se o conhecêssemos.

"Se X é a massa anônima, o povo, temos que a política significa operar com esse X sem se preocupar com sua natureza real." A conclusão de Rubashov é a de que fazer História é reconhecer X pelo que representa no contexto, pouco importa o que seja realmente. Sem dúvida que há no Brasil alternativas piores para o primeiro governo da Nova República, mas seu ponto fraco, e a causa provável do seu fracasso, consiste em agir como se soubesse exatamente o valor de X, embora saiba que não sabe, de maneira que nada que resulta de sua ação pode ser chamado de conservador, enquanto tudo é sem dúvida percebido como antiquado.

Assim como a "Igreja da libertação" condena no capitalismo moderno algumas características que de fato são obstáculos ao seu funcionamento (a usura e o individualismo, por exemplo), o governo Sarney está preocupado em atender agora as reivindicações de esquerda do final da década de 40 (por exemplo, a divisão quantitativa de terras no Interior e a regulamentação da lei da oferta e da procura através de decretos). Se a Petrobrás não existisse, surgiria uma campanha do "petróleo é nosso" devidamente orientada pelo Ministério das Minas e Energia. Tão difundidas ainda estão algumas velhas concepções de Estado, governo, mercado, concorrência e liberdade individual na vida pública brasileira que é difícil saber se é o governo que se esmera no seu arcaísmo cauteloso e timorato, ou se é o País que tenta em separar a teoria da prática, no desejo de parecer atual num mundo que mudou extraordinariamente e que a cada dia rejeita com maior vigor as doutrinas e os lugares-comuns do século XIX, resistentes até o último soldado em alguns lugares do mundo onde os conhecimentos e o nível de informações permitem as antigas ilusões.

O discurso em que o presidente Sarney anunciou o Plano de Metas, há dez dias, teve o sabor inconfundível das falas presidenciais de há quatro décadas. As boas intenções do presidente não impediram que Fernando Pessoa fosse envolvido com empréstimos compulsórios, quando tudo o que o poeta provavelmente gostaria de fazer na ocasião, pela voz do seu Alberto Caetano, era aquele desabafo: "O que penso eu do mundo? Sei lá o que penso do mundo... Se eu adoecesse pensaria nisso". Mas ninguém é pessoalmente culpado por essa nostalgia terrível que parece entranhada em muitos corações brasileiros, sobretudo nos de homens públicos. Autores, idéias e experiências conhecidos e vividos nas últimas quatro décadas da história moderna parecem ter passado em vão para alguns membros da Comissão Afonso Arinos, para muitos deputados, senadores e governadores, para inúmeros porta-vozes das várias autoridades e, o que é mais difícil de entender, para quase todos os candidatos a cargos eletivos no Brasil. Como o Rip Van Winkle da lenda americana, esses senhores parecem que saíram para um passeio no

campo, ao fim da Segunda Guerra Mundial, e dormiram sob uma árvore por cerca de 40 anos, e, ao acordarem, retomaram a vida sem a leitura de um jornal, indo diretamente para os comícios, os palácios, a CNBB, as bancadas do governo e da oposição, os ministérios.

A leitura dos jornais não basta para fazê-los ao seu tempo, assim como não bastaram os leves contatos estudiantis com Locke, Weber, Tocqueville e Jefferson, quando houve algum. Se o personagem de Koestler tivesse conhecido o Brasil, já não poria a culpa pela preguiça do mundo apenas nos algebristas, mas a dividiria também com os que sonham fazer carreira na vida pública nacional. O mito macunaônico da vocação política no extrovertido ousado é uma piada que ninguém mais dissocia do discurso parlamentar e do empenho de agradar em véspera de eleição. Ao homem público seriam suficientes, nessa lenda, os atributos indispensáveis ao camelo, ou o poder de sedução de alguns esletionatários — o que é puro contrasenso. Mas esse reducionismo marcou fundo a opinião pública nacional, levando em alguns casos a resignação, e em outros ao ceticismo mais devastador.

O folclore, no entanto, a gente suporta bem. O difícil é o anacronismo dos planos, das aspirações, das palavras de ordem e — horror máximo — dos projetos para o futuro, de um governo que pode até ser bem-intencionado, mas dificilmente terá seus pés no presente, onde outros governos e nações têm os seus plantados. O discurso privatizante que ele tenta em sustentar, em contradição com a realidade que cria, é também parte de uma estratégia posta em prática no Brasil ainda no primeiro governo de Vargas, quando foi preciso enganar com palavras liberalizantes os primeiros impulsos para experimentar no Brasil uma verdadeira economia de mercado. Com a eleição para a Constituinte em francos preparativos, os candidatos se assanham também no melhor estilo 1946, lembrando uma Constituinte que na época conheceu alguns brilhos, mas que não pode ser repetida impunemente quatro décadas depois, na sua retórica e nas preocupações que a envolvem.

O País sério que fica por trás dos sonâmbulos que mal acordaram do sono de Rip Van Winkle, está carente, em sua maioria, de informações sobre o que se experimenta no Exterior, e sobre o que se pode fazer aqui em favor dos verdadeiros interesses brasileiros — não esses que nos são atribuídos pelos fabricantes de mitos que se dizem nossos intérpretes. Os preconceitos políticos e econômicos que tiveram curso nestas terras nos anos que antecederam e sucederam a Segunda Guerra sobreviveram ao Plano Marshall, ao bloqueio de Berlim, ao Mercado Comum Europeu, à presença de multinacionais em países do bloco soviético, à Primavera de Praga, ao renascimento progressivo da economia de mercado húngara e chinesa, à ascensão e queda do arbítrio no Brasil etc. Sobreviveram e se realimentaram de nostalgia e esperteza, e aí estão de volta, no governo e fora dele, velhos por dentro e novinhos por fora, apenas na casca, lutando pela eleição na Constituinte e defendendo o Estado mastodonte e onívoro, sustentáculo de uma nomenclatura verde-amarela, arcaica e aparentemente indestrutível.